

ANEXO 02

SISTEMA RODOVIÁRIO

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE NOROESTE

Índice

1. APRESENTAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO	3
2. LEVANTAMENTO REFERENCIAL DO SISTEMA RODOVIÁRIO.....	4
2.1 Sistema Existente	5
2.2 Sistema Remanescente Triângulo	5
2.3 Sistema Remanescente Tebe	5
3. TRECHOS E RETIGRÁFICOS	7
3.1 SP 310 – do km 227 + 800 ao km 454 + 300	7
3.2 SP 322 – do km 394 + 500 ao km 448 + 610	8
3.3 SP 323 – do km 0 + 000 ao km 44 + 100	8
3.4 SP 326 – do km 293 + 000 ao km 379 + 266 (Triângulo do Sol), do km 379 + 266 ao km 426 + 300 (Tebe) e do km 426 + 300 ao km 468 + 650	9
3.5 SP 333 – do km 83 + 020 ao km 212 + 450	9
3.6 SP 351 – do km 151 + 530 ao km 218 + 020	10
3.7 SP 373 – do km 157 + 840 ao km 189 + 030	10
3.8 SP 425 – Trecho A do km 57 + 870 ao km 184 + 400	11
3.9 SP 425 – Trecho B do km 223 + 560 ao km 374 + 350	11
4. CADASTRO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS E CORRENTES	12
5. CADASTRO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES	13
6. PASSIVOS AMBIENTAIS	14
7. TRECHOS COM EXCEÇÕES DAS OBRIGAÇÕES DE CONSERVAÇÃO E OPERAÇÃO	21

1. APRESENTAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO

O SISTEMA RODOVIÁRIO é representado na figura a seguir.

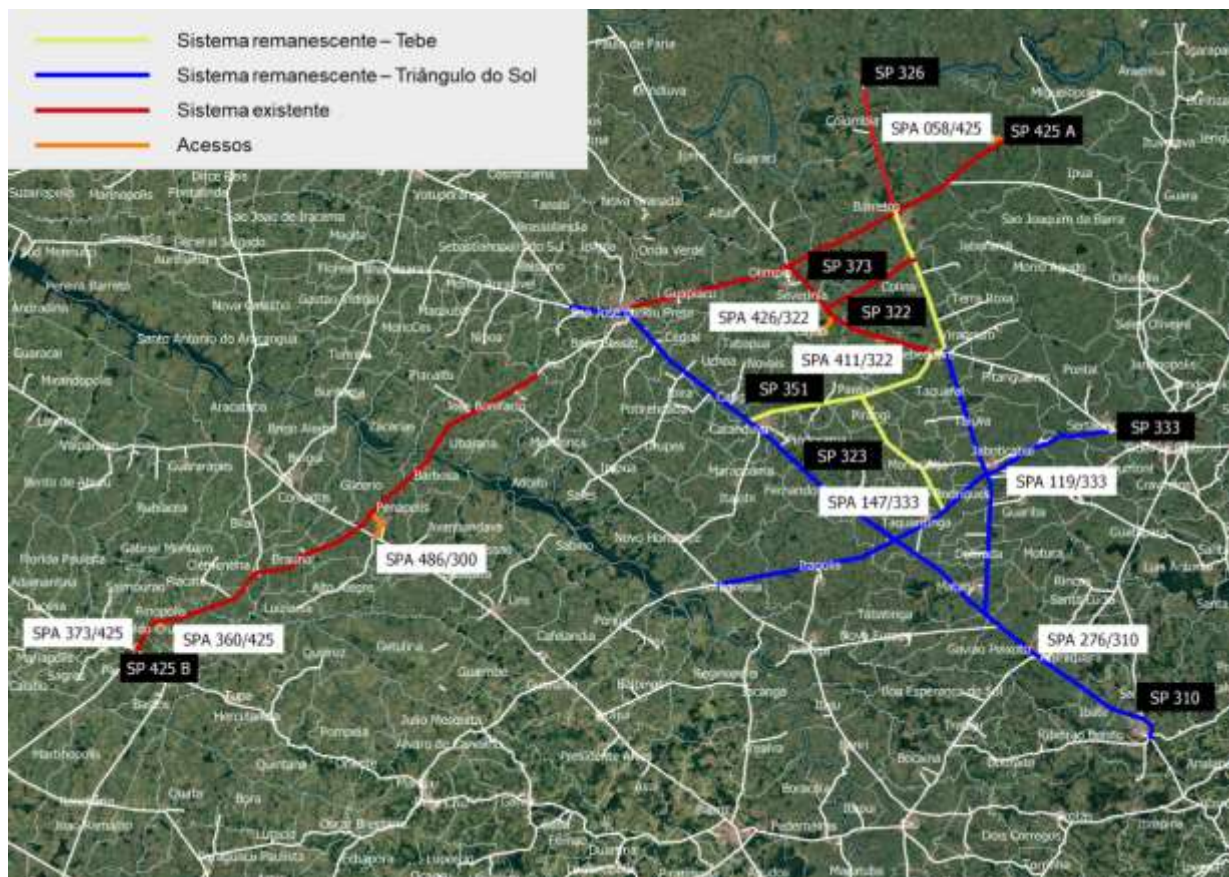


Figura 1: Lote Noroeste Paulista

Conforme pode ser observado na figura acima, os trechos de rodovia compreendidos no LOTE cruzam 49 municípios do Estado de São Paulo, são eles: Araraquara, Barretos, Barra da Ilha, Bebedouro, Borborema, Braúna, Cajobi, Catanduva, Catiguá, Cedral, Clementina, Colina, Colômbia, Dobrada, Fernando Prestes, Guairá, Guapiaçu, Guariba, Iacri, Ibaté, Itápolis, Jaboticabal, José Bonifácio, Matão, Mirassol, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Olímpia, Palmares Paulista, Paraíso, Parapuã, Penápolis, Pindorama, Pirangi, Pitangueiras, Rinópolis, Santa Adélia, Santa Ernestina, Santópolis do Aguapeí, São Carlos, São José do Rio Preto, Sertãozinho, Severínia, Taiúva, Taquaral, Taquaritinga, Uchoa e Vista Alegre do Alto.

O SISTEMA RODOVIÁRIO é composto pelos trechos de rodovias listados no capítulo 2 a seguir, com indicação dos limites que indicam o início e o fim de cada trecho concedido, que deverá ser explorado, operado e mantido pela CONCESSIONÁRIA, conforme os termos do CONTRATO e dos ANEXOS.

2. LEVANTAMENTO REFERENCIAL DO SISTEMA RODOVIÁRIO

O levantamento referencial do SISTEMA RODOVIÁRIO, apresentado a seguir, contempla um detalhamento referencial de cada um de seus trechos pertencentes, que é apresentado por:

- i. SISTEMA EXISTENTE, composto pelos segmentos rodoviários indicados neste ANEXO e que serão transferidos à CONCESSIONÁRIA mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA SISTEMA EXISTENTE, conforme disposto no CONTRATO;
- ii. SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO, sistema atualmente administrado nos termos do CONTRATO TRIÂNGULO, que será objeto da transição tratada no ANEXO 18, assim como ACESSOS e trechos de rodovia no seu entorno, que serão descritos na seção 2.2 deste ANEXO. Esta parte do SISTEMA RODOVIÁRIO será transferida à CONCESSIONÁRIA mediante assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO; e
- iii. SISTEMA REMANESCENTE TEBE, sistema atualmente administrado nos termos do CONTRATO TEBE, que será objeto da transição tratada no ANEXO 18, assim como ACESSOS e trechos de rodovia no seu entorno, que serão descritos na seção 2.3 deste ANEXO. Esta parte do SISTEMA RODOVIÁRIO será transferido à CONCESSIONÁRIA mediante assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE.

Conforme regramento contratual apropriado, poderão ser integrados e incorporados ao SISTEMA RODOVIÁRIO novos investimentos que eventualmente se façam necessários no âmbito da CONCESSÃO.

O levantamento apresentado a seguir constitui referência para fins de compreensão do escopo da CONCESSÃO, sendo necessário às LICITANTES realizar, por conta própria e às suas expensas, levantamentos e aprofundamentos apropriados e pertinentes à mensuração das efetivas características técnicas do SISTEMA RODOVIÁRIO, responsabilizando-se pelas condições consideradas para a formulação da proposta a ser apresentada durante a licitação, nos termos do EDITAL.

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o levantamento detalhado do SISTEMA RODOVIÁRIO e a sua constante atualização, mantendo, inclusive, registrado em inventário por vídeo-registro georrefenciado, conforme as regras e periodicidade indicadas no CONTRATO e respectivos ANEXOS. No levantamento inicial, deverão ser contempladas todas as vias marginais que se localizem dentro da FAIXA DE DOMÍNIO do SISTEMA RODOVIÁRIO, bem como todas as alças de dispositivos das rodovias integrantes do SISTEMA RODOVIÁRIO até o limite das faixas de aceleração e/ou desaceleração.

Os levantamentos e estudos do SISTEMA RODOVIÁRIO estão disponíveis para consulta conforme relação abaixo:

- 1) Retográficos – APÊNDICE A.1.;
- 2) Cadastro de Obras de Arte Especiais e Correntes – APÊNDICE A.2.;
- 3) Cadastro de Interferências – APÊNDICE A.3.;
- 4) Cadastro de Passivos – APÊNDICE B; e
- 5) Cadastro de Acessos – APÊNDICE E.

2.1 Sistema Existente

O SISTEMA EXISTENTE é formado pelos trechos de rodovias listados a seguir:

- Rodovia SP 322 do quilômetro 394 + 500 ao km 448 + 610
 - SPA 411/322
 - SPA 426/322
- Rodovia SP 326 do quilômetro 426 + 300 ao km 468 + 650
- Rodovia SP 373 do quilômetro 157 + 840 ao km 189 + 030
- Rodovia SP 425, Trecho A do quilômetro 57 + 870 ao km 184 + 400
 - SPA 058/425
- Rodovia SP 425, Trecho B do quilômetro 223 + 560 ao km 374 + 350
 - SPI 486/300
 - SPA 360/425
 - SPA 373/425

Todas as alças e rotatórias dos dispositivos de entroncamento às rodovias citadas acima serão consideradas como parte integrante do SISTEMA EXISTENTE. Considera-se como limite de responsabilidade o início e término dos *tapers* das faixas de aceleração e desaceleração. O mesmo se aplica para os segmentos de vias interseccionadas que estiverem entre esses limites.

A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e apresentar cadastro dos dispositivos do SISTEMA EXISTENTE, identificando todas suas alças e rotatórias. Nos casos de vias sob jurisdição municipal, federal ou de outras concessionárias de rodovias, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar dispensa das obrigações de cada local, fundamentados com documentação pertinente.

2.2 Sistema Remanescente Triângulo

Fazem parte do SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO os trechos listados a seguir:

- Rodovia SP 310 do quilômetro 227 + 800 ao km 454 + 300
 - SPA 276/310
- Rodovia SP 333 do quilômetro 83 + 020 ao km 212 + 450
- Rodovia SP 326 do quilômetro 293 + 000 ao km 379 + 266

Todas as alças e rotatórias dos dispositivos de entroncamento às RODOVIAS citadas acima serão consideradas como parte integrante do SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO. Considera-se como limite de responsabilidade o início e término dos *tapers* das faixas de aceleração e desaceleração. O mesmo se aplica para os segmentos de vias interseccionadas que estiverem entre esses limites.

A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e apresentar cadastro dos dispositivos do SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO, identificando todas suas alças e rotatórias. Nos casos de vias sob jurisdição municipal, federal ou de outras concessionárias de rodovias, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar dispensa das obrigações de cada local, fundamentados com documentação pertinente.

2.3 Sistema Remanescente Tebe

Fazem parte do SISTEMA REMANESCENTE TEBE os trechos listados a seguir:

- Rodovia SP 323 do quilômetro 0 ao km 44 + 100
- Rodovia SP 326 do quilômetro 379 + 266 ao km 426 + 300
- Rodovia SP 351 do quilômetro 151 + 530 ao km 218 + 020

Todas as alças e rotatórias dos dispositivos de entroncamento às RODOVIAS citadas acima serão consideradas como parte integrante do SISTEMA REMANESCENTE TEBE. Considera-se como limite de responsabilidade o início e término dos *tapers* das faixas de aceleração e desaceleração. O mesmo se aplica para os segmentos de vias interseccionadas que estiverem entre esses limites.

A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e apresentar cadastro dos dispositivos do SISTEMA REMANESCENTE TEBE, identificando todas suas alças e rotatórias. Nos casos de vias sob jurisdição municipal, federal ou de outras concessionárias de rodovias, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar dispensa das obrigações de cada local, fundamentados com documentação pertinente.

3. TRECHOS E RETIGRÁFICOS

Esta seção tem como objetivo apresentar os trechos das rodovias pertencentes ao SISTEMA RODOVIÁRIO. Os retigráficos serão apresentados no APÊNDICE A, e representam a situação atual e projetada das rodovias.

Nos retigráficos são destacados os elementos rodoviários ou qualquer mudança que ocorra na rodovia como, por exemplo:

- N° de faixas;
- Início e Término de Trechos Urbanos;
- Início e Término de Vias Marginais; e
- Tipo de dispositivo nos entroncamentos e seus respectivos nomes.

É importante ressaltar que o posicionamento dos elementos rodoviários apresentados na situação futura é referencial, com exceção das PRAÇAS DE PEDÁGIO, cabendo à CONCESSIONÁRIA definir em conjunto com o PODER CONCEDENTE e a ARTESP a posição final de cada elemento.

3.1 SP 310 – do km 227 + 800 ao km 454 + 300

A rodovia SP 310 possui 226,500 quilômetros. Este trecho da rodovia está compreendido entre o município de São Carlos e o município de São José do Rio Preto, conforme destacado na figura a seguir:

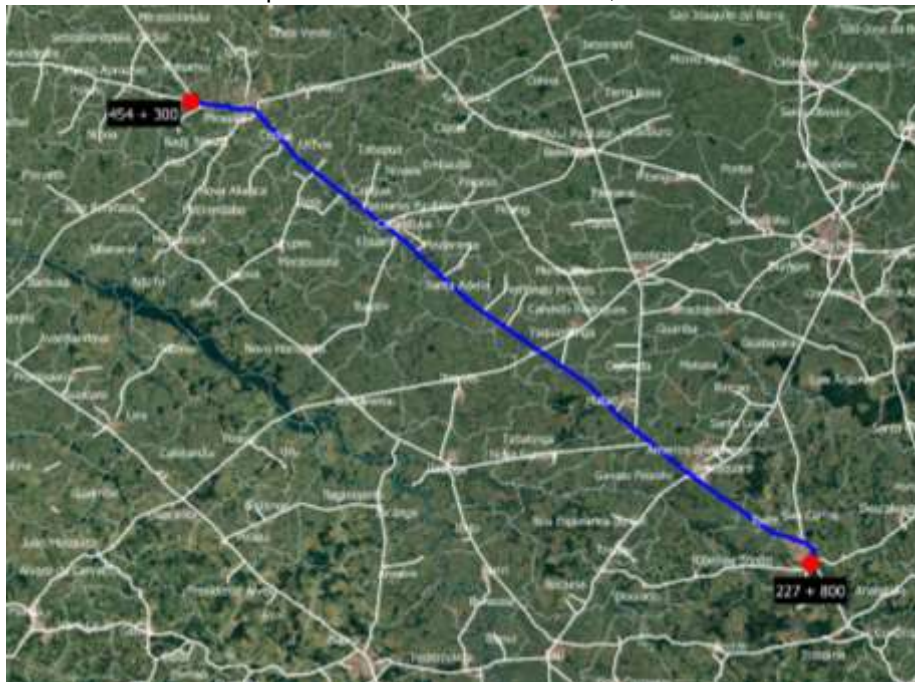


Figura 2: SP 310 do km 227 + 800 ao km 454 + 300

3.2 SP 322 – do km 394 + 500 ao km 448 + 610

A rodovia SP 322 possui 54,110 quilômetros. Este trecho da rodovia está compreendido entre o município de Bebedouro e o município de Olímpia, conforme destacado na figura a seguir:



Figura 3: SP 322 do km 394 + 500 ao km 448 + 610

3.3 SP 323 – do km 0 + 000 ao km 44 + 100

A rodovia SP 323 possui 44,100 quilômetros. Este trecho da rodovia está compreendido entre o município de Taquaritinga e o município de Pirangi, conforme destacado na figura a seguir:

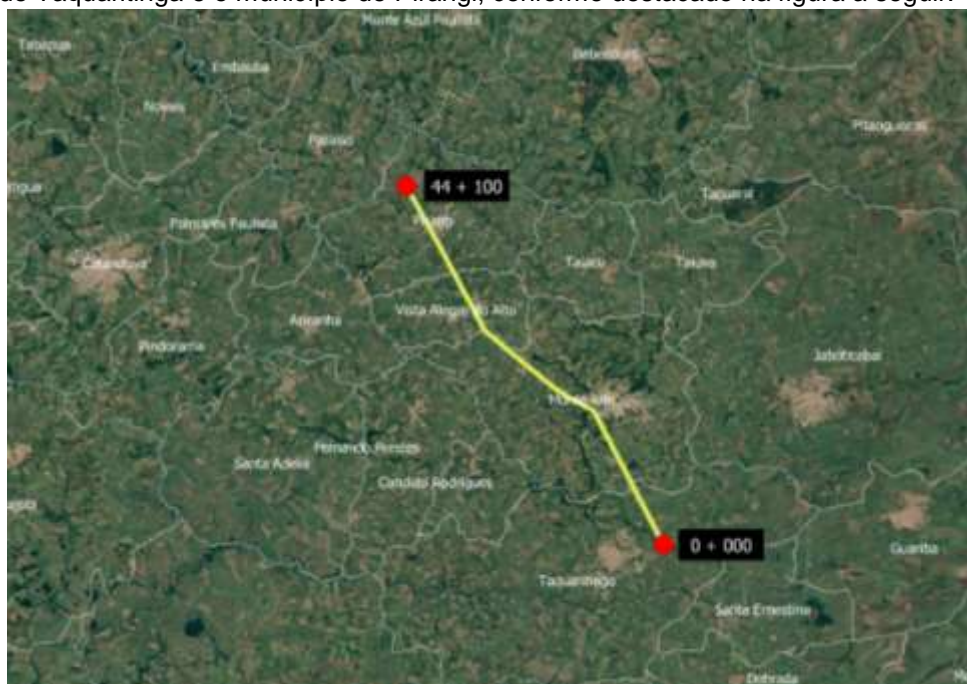


Figura 4: SP 323 do km 0 + 000 ao km 44 + 100

3.4 SP 326 – do km 293 + 000 ao km 379 + 266 (Triângulo do Sol), do km 379 + 266 ao km 426 + 300 (Tebe) e do km 426 + 300 ao km 468 + 650

A rodovia SP 326 possui 175,000 quilômetros. Os trechos da rodovia estão compreendidos entre o município de Matão e o município de Colômbia, conforme destacado na figura a seguir:

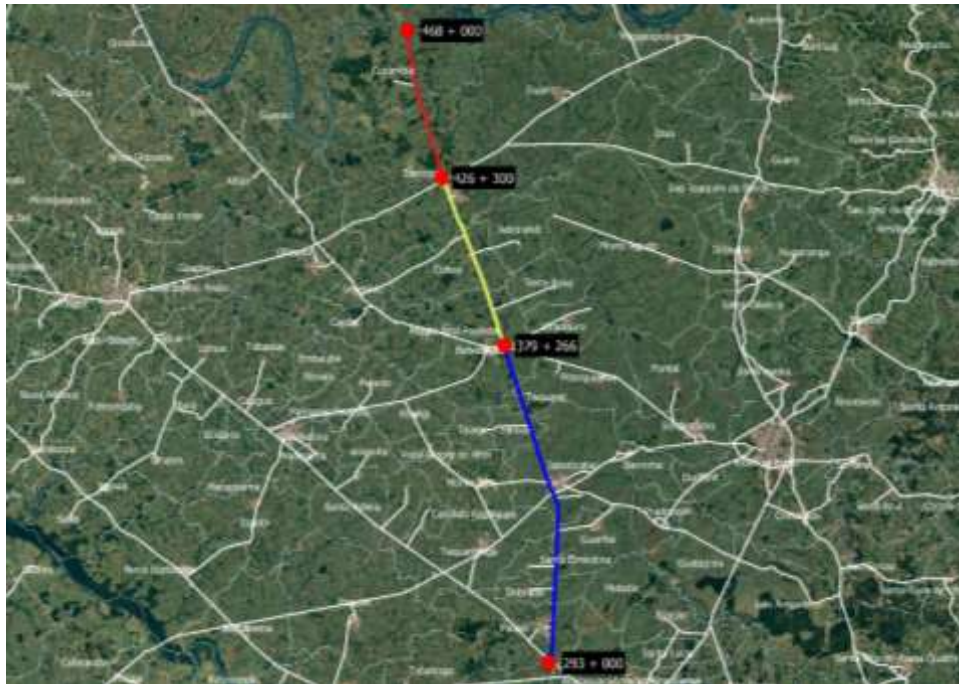


Figura 5: SP 326 do km 293 + 000 ao km 468 + 650

3.5 SP 333 – do km 83 + 020 ao km 212 + 450

A rodovia SP333 possui 129,430 quilômetros. Este trecho da rodovia está compreendido entre o município de Sertãozinho e o município de Borborema, conforme destacado na figura a seguir:



Figura 6: SP 333 do km 83 + 020 ao km 212 + 450.

3.6 SP 351 – do km 151 + 530 ao km 218 + 020

A rodovia SP 351 possui 66,490 quilômetros. Este trecho da rodovia está compreendido entre o município de Bebedouro e o município de Catanduva, conforme destacado na figura a seguir:



Figura 7: SP 351 do km 151 + 530 ao km 214 + 200

3.7 SP 373 – do km 157 + 840 ao km 189 + 030

A rodovia SP 373 possui 31,190 quilômetros. Este trecho da rodovia está compreendido entre o município de Severínia e o município de Colina, conforme destacado na figura a seguir:



Figura 8: SP 373 do km 157 + 840 ao km 189 + 030

3.8 SP 425 – Trecho A do km 57 + 870 ao km 184 + 400

A rodovia SP 425 possui 126,530 quilômetros. Este trecho da rodovia está compreendido entre o município de Guaíra e o município de São José do Rio Preto, conforme destacado na figura a seguir:



Figura 9: SP 425, trecho A, do km 57 + 870 ao km 184 + 400

3.9 SP 425 – Trecho B do km 223 + 560¹ ao km 374 + 350

A rodovia SP 425 possui 150,790 quilômetros. Este trecho da rodovia está compreendido entre o município de José Bonifácio e o município de Parapuã, conforme destacado na figura a seguir:

¹ Correção da km indicada: De acordo com a DR11 do DER-SP, na SP 425 onde se lê “km 223,560”, deve-se ler “km 220,000”



Figura 10: SP 425, trecho B, do km 223 + 560 ao km 374 + 350

Nota: Correção da km indicada: De acordo com a DR11 do DER-SP, na SP 425 onde se lê “km 223,560”, deve-se ler “km 220,000”

4. CADASTRO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS E CORRENTES

No APÊNDICE A é apresentado o cadastro de Obras de Artes Especiais (OAEs) e Obras de Arte Correntes (OACs), realizado à época da elaboração do EDITAL.

As informações apresentadas no APÊNDICE A são de caráter referencial, devendo ser devidamente atualizadas e validadas pela LICITANTE, devido ao lapso temporal entre os estudos realizados à época da elaboração do EDITAL e a DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.

5. CADASTRO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES

No APÊNDICE B é apresentado um cadastro das ocupações irregulares em áreas rurais (fora dos centros urbanos) identificadas na FAIXA DE DOMÍNIO do SISTEMA RODOVIÁRIO, com base no levantamento realizado à época da elaboração do EDITAL.

As ocupações irregulares se enquadram nas seguintes categorias referenciais:

- Plantio na Faixa de domínio
 - Cultivo Cíclico
 - Cultivo Perene
- Ocupação residencial
 - Abaixo do padrão mínimo
 - Residências de alvenaria
- Ocupação comercial
 - Barracas
 - Comércio de baixo padrão
 - Ocupação de alvenaria

O cadastro inclui informações de localização, situação e recomendações de providências mínimas que deverão ser tomadas por parte da CONCESSIONÁRIA, a quem incumbirá a responsabilidade pela realização de todas as atividades necessárias para evitar, mitigar e gerenciar tais ocupações irregulares, sendo responsável por arcar com eventuais ônus decorrentes da materialização de riscos sociais e consequências adversas oriundas de tais ocupações, a partir do momento em que houver a assinatura dos TERMOS DE TRANSFERÊNCIA INICIAIS, se relativo ao SISTEMA EXISTENTE e ao SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO, e após a celebração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, se relativo ao SISTEMA REMANESCENTE TEBE, nos termos do regramento estabelecido pelo CONTRATO e ANEXOS.

As informações apresentadas neste item são de caráter referencial, devendo ser devidamente atualizadas e validadas pela LICITANTE, devido ao lapso temporal entre os estudos realizados à época da elaboração do edital e a DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.

6. PASSIVOS AMBIENTAIS

No APÊNDICE B é apresentado um cadastro dos passivos ambientais identificados no SISTEMA RODOVIÁRIO, com base no levantamento realizado à época da elaboração do EDITAL.

Os passivos ambientais, no âmbito do presente CONTRATO e ANEXOS, representam as seguintes categorias referenciais, todas relacionadas tão somente ao meio ambiente:

- Processo Erosivo (incluindo os movimentos de massa, sulcos, ravinas, queda de blocos);
- Solo Exposto;
- Deposição de Resíduos;
- Área com Potencial de Contaminação;
- Área Impermeabilizada; e
- Assoreamento de Curso d'água.

Existem ocorrências de degradação de elementos do SISTEMA RODOVIÁRIO que podem oferecer riscos ao meio ambiente, porém as suas causas estão associadas a problemas de engenharia. O levantamento referencial elaborado para o presente EDITAL identificou seletivamente situações dessa natureza, as quais foram consideradas como passivos de engenharia e, portanto, não deverão ser contabilizadas como passivos ambientais.

Exemplos dessas situações são: danos em canaletas e descidas d'água no sistema de drenagem superficial, ou mesmo a ausência deles, e que resultaram em erosão laminar; processos erosivos no entorno de OACs (bueiros e galerias); canaletas com acúmulo de sedimento; erosão em aterro de encontro de OAEs, estruturas de contenção de taludes com danos, pavimentação danificada, entre outros. Cumpre registrar que boa parte dessas situações já se encontra inclusive cadastrada nos levantamentos de OAEs e OACs, conforme item 4 deste ANEXO.

Os passivos ambientais apresentados a seguir integram uma listagem, não taxativa e não exaustiva, dos passivos ambientais a serem gerenciados e mitigados por parte da CONCESSIONÁRIA. Caberá à CONCESSIONÁRIA a responsabilidade pela realização de todas as atividades necessárias para evitar, mitigar e gerenciar tais passivos, sendo responsável por arcar com os ônus decorrentes de eventual materialização de riscos ambientais e consequências adversas oriundas de tais passivos, nos termos do regramento estabelecido pelo CONTRATO e ANEXOS.

Devido ao lapso temporal entre o cadastro realizado à época da elaboração do EDITAL e a DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá, com o objetivo de atualização do cadastro, realizar, às suas expensas e com base nos padrões descritos no ANEXO 6, um levantamento referenciado detalhado de todos os passivos ambientais do SISTEMA RODOVIÁRIO, como erosões, abatimentos, escorregamentos, assoreamentos, drenagens, ocupações irregulares na FAIXA DE DOMÍNIO, medidas de mitigação e compensação ambiental (Lei Federal nº 9.985/2000 e Resolução CONAMA Nº 371/2006), TCRA'S (Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental), decorrentes dos processos de licenciamento e/ou operação da rodovia, ainda não cumpridos etc.

Na eventualidade da CONCESSIONÁRIA identificar novo passivo ambiental ou o agravamento de algum passivo ambiental listado no APÊNDICE B em até 30 (trinta) dias após a DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, deverá ser elaborado laudo técnico individual de cada evolução da ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional devidamente competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- Localização do passivo ambiental;
- Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);

- Descrição geral do tipo de passivo e da situação de agravamento identificada por meio de levantamento *in loco*;
- Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
- Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Normas do DER, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
- Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
- Croqui da situação identificada e da solução proposta para o passivo ambiental;
- Registro fotográfico da situação observada;
- Outras informações relevantes que possam auxiliar na demonstração das causas que levaram ao agravamento da situação observada.

A CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, nos termos do ANEXO 18, terá até 15 (quinze) dias contados do prazo acima referido para enviar documento consolidando as informações dos laudos técnicos para avaliação e deliberação da ARTESP. No âmbito do SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO e do SISTEMA REMANESCENTE TEBE, conforme o caso, os laudos técnicos serão consolidados em RELATÓRIO DE VISTORIA INICIAL, conforme regramento do ANEXO 18.

Os custos de recuperação dos passivos ambientais identificados no APÊNDICE B são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, sendo que aqueles classificados como “Emergenciais” no levantamento referencial do presente EDITAL deverão ser recuperados até o final do 1º (primeiro) ano e os demais até o final do 5º (quinto) ano, contados a partir da data de assinatura dos TERMOS DE TRANSFERÊNCIA INICIAIS ou do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, conforme o caso.

Os passivos classificados como “Monitoramento” se referem às ocorrências de responsabilidade de terceiros que podem oferecer riscos à FAIXA DE DOMÍNIO em relação ao SISTEMA RODOVIÁRIO ou ao meio ambiente em caso de evolução ou às ocorrências classificadas como passivos ambientais, mas que não constituem situação emergencial e/ou risco iminente, as quais poderão vir a se estabilizar e/ou recuperar sem necessidade de intervenção. Sendo assim, para essas duas situações, a CONCESSIONÁRIA deverá estabelecer uma estratégia de monitoramento sistemático, não sendo de sua responsabilidade as ações de recuperação/estabilização.

1) Pendências de Cumprimento de Condicionantes de Licenças Ambientais

Para análise das pendências de cumprimento das condicionantes das LICENÇAS AMBIENTAIS do SISTEMA EXISTENTE foram consideradas as informações disponibilizadas pelo DER relativas ao acompanhamento das condicionantes das LICENÇAS AMBIENTAIS DE INSTALAÇÃO nº 2.226, nº 2.117, nº 2.278 e nº 2.177 para as obras na rodovia SP 425. Essas obras encontram-se finalizadas.

Conforme apresentado na **Tabela 1**, a seguir, as condicionantes ainda não atendidas referem-se, principalmente, aos TCRAs firmados para essas obras; ao monitoramento de fauna; a revisão do Plano de Ação de Emergência - PAE.

Tabela 1 – Condicionantes ainda não atendidas integralmente – Sistema Existente

Item	Condicionante	Prazo	Status	Observações
Licença de Instalação LI nº 2.226 – SP 425 – DER/SP				
4	Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais de acompanhamento do PCA, o projeto de restauração vegetal determinado pelo TCRA nº30805/2012, contemplando a recuperação do entorno das Áreas de Preservação Permanente afetadas e a conservação e melhoria da conectividade dos fragmentos florestais existentes no entorno do empreendimento.	Durante a implantação do empreendimento	Em atendimento	
5	Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Fauna, incluindo as adequações à passagem de fauna, propostas para instalação das câmeras e dos limitadores físicos e eletrônicos de velocidade, além de atividades de comunicação visando o combate de abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras, contemplando campanhas periódicas e palestras que alertem a população tanto sobre os aspectos de proteção aos animais como de prevenção de acidentes nas estradas.	Durante a implantação do empreendimento	Em atendimento	
12	Comprovar o atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA no 30805/2012 firmado pela Agência Ambiental de São José do Rio Preto.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	
13	Apresentar relatório final do Programa de Monitoramento da Fauna implementado durante as obras informando sobre as atividades desenvolvidas, a avaliação dos resultados obtidos, as medidas mitigadoras implementadas e o cronograma de atividades para a fase de operação.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	
14	Apresentar relatório conclusivo do Programa de Prospecção e Gestão do Patrimônio Arqueológico, incluindo balanço das atividades de Educação Patrimonial realizadas.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	
15	Apresentar, no âmbito do relatório conclusivo do Plano de Controle Ambiental da Construção - PCA, o devido equacionamento dos processos desapropriatórios e o balanço das atividades de comunicação desenvolvidas junto à população afetada.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	
Licença de Instalação LI nº 2.117 – SP 425 – DER/SP				
6	Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Fauna, incluindo as adequações à passagem de fauna, propostas para instalação das câmeras e dos limitadores físicos e eletrônicos de velocidade, além de atividades de comunicação visando o combate de abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras, contemplando campanhas periódicas e palestras	Durante a implantação do empreendimento	Em atendimento	

Tabela 1 – Condicionantes ainda não atendidas integralmente – Sistema Existente

Item	Condicionante	Prazo	Status	Observações
	que alertem a população tanto sobre os aspectos de proteção aos animais como de prevenção de acidentes nas estradas.			
10	Apresentar Plano de Ação de Emergência – PAE para acidentes envolvendo carga de produtos perigosos. Caso o trecho em análise possua PAE já aprovado pela CETESB, apresentar revisão do mesmo incluindo a duplicação do referido trecho.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	Proposto a atualização do PGR/PAE da rodovia durante o primeiro ano de operação da mesma, a ser apresentado no âmbito dos Relatórios Anuais de Acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental de Operação.
11	Comprovar o atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA no 30805/2012 firmado pela Agência Ambiental de São José do Rio Preto.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	
13	Apresentar relatório conclusivo do Programa de Prospecção e Gestão do Patrimônio Arqueológico, incluindo o balanço das atividades de Educação Patrimonial realizadas, bem como a manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN quanto a esses resultados.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	O relatório protocolado no IPHAN encontra-se em análise no órgão.
14	Apresentar, no âmbito do relatório conclusivo do Plano de Controle Ambiental da Construção – PCA, o devido equacionamento dos processos desapropriatórios e o balanço das atividades de comunicação desenvolvidas junto à população afetada.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	
Licença de Instalação LI nº 2.278 – SP 425 – DER/SP				
10	Apresentar a situação de atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 116.086/13 firmado com a Agência Ambiental de Barretos em 30/10/13 e ao TCRA referente à intervenção complementar na Área de Preservação Permanente do Córrego São Domingos, em área a ser desapropriada adjacente à faixa de domínio (km 96 – pista oeste).	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	
11	Apresentar um Plano de Monitoramento de Atropelamento de Fauna a ser Implementado durante a operação do empreendimento, contemplando: períodos e periodicidade dos levantamentos a serem realizados; listagem de ocorrências com identificação das espécies, coordenadas geográficas, registros fotográficos e mapeamento das ocorrências; interpretação e análise técnica dos resultados por profissional habilitado, com indicação dos pontos críticos, efetividade das propostas para redução de atropelamentos; previsão de coleta e destinação dos animais atropelados, etc.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	

Tabela 1 – Condicionantes ainda não atendidas integralmente – Sistema Existente

Item	Condicionante	Prazo	Status	Observações
Licença de Instalação LI nº 2.177 – SP 425 – DER/SP				
3	Apresentar as Outorgas para interferência em recursos hídricos emitidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Resolução Conjunta SMA/SERHS 001/2005, antes de intervir nas respectivas drenagens.	Durante a implantação do empreendimento	Em atendimento	
7	Comprovar atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 74.320/2012.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	
8	Apresentar um Plano de Monitoramento de Atropelamento de Fauna a ser implementado durante a operação do empreendimento, contemplando: períodos e periodicidade dos levantamentos a serem realizados; listagem de ocorrências com identificação das espécies, coordenadas geográficas, registros fotográficos e mapeamento das ocorrências; interpretação e análise técnica dos resultados por profissional habilitado, com indicação dos pontos críticos, efetividade das propostas para redução de atropelamentos; previsão de coleta e destinação dos animais atropelados, etc.;	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	O monitoramento de atropelamento de fauna será realizado durante a operação da rodovia pela UBA de Barretos e os resultados serão apresentados no primeiro relatório anual da operação.
9	Apresentar a revisão do Plano de Ação de Emergência – PAE da Rodovia Assis Chateaubriand – SP 425, contemplando a duplicação do referido trecho.	Por ocasião da solicitação da Licença de Operação	Em atendimento	Proposto a atualização do PGR/PAE da rodovia durante o primeiro ano de operação da mesma, a ser apresentado no âmbito dos Relatórios Anuais de Acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental de Operação.

2) Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA's pendentes de cumprimento

Para o SISTEMAS REMANESCENTE TRIÂNGULO e o SISTEMA REMANESCENTE TEBE foram identificados 33 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA's) em andamento, sendo 31 para o SISTEMA REMANESCENTE TEBE e 02 para o SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO. Considera-se que os processos que ainda estão em andamento, sob responsabilidade destas concessionárias, deverão estar finalizados até o encerramento dos respectivos Contratos de Concessão vigentes.

Para o SISTEMA EXISTENTE foram levantados 13 TCRA's não cumpridos, apresentados na **Tabela 2**, e que ficarão sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

Todos os TCRA's apresentados na **Tabela 2** estabelecem, dentre outras medidas, a necessidade de realização de plantios compensatórios como forma de compensação por impactos causados por ocasião das atividades de supressão vegetal. Os 13 TCRA's totalizam 54.004 mudas, além de uma área de 0,40 hectares.

Tabela 2 - Termos de Compromisso de Regularização Ambiental (TCRA's) – SISTEMA EXISTENTE

Processo	TCRA	Rodovia	Quantidade Exigida (mudas)	Situação
69.947/2006	90/06	SP 425	170	Não cumprido
4010592/2013	3917/2014	SP 425	275	Não cumprido
1480006/2011	30805/2012	SP 425	14551	Não cumprido
1110112/2014	34151/2014	SP 425	166	Não cumprido
4010513/2013	42002/2015	SP 425	926	Não cumprido
6314/2008	49344/2008	SP 425	Não informado (0,4 hectares)	Não cumprido
1410043/2012	50320/2012	SP 425	5692	Não cumprido
4979/2010	66131/2012	SP 322	17100	Não cumprido
1410570/2014	70334/2014	SP 425	7763	Não cumprido
4080006/2011	73945/2012	SP 326	4058	Não cumprido
4080008/2011	74320/2012	SP 425	1474	Não cumprido
4047/2010	82392/2010	SP 425	1425	Não cumprido
4010379/2013	116086/2013	SP 425	404	Não cumprido

7. TRECHOS COM EXCEÇÕES DAS OBRIGAÇÕES DE CONSERVAÇÃO E OPERAÇÃO

Nos segmentos indicados na Matriz 1 abaixo, por configurarem segmentos demasiadamente urbanizados e/ou com interferências/sobreposições de obrigações de municípios ou de outras empresas operadoras de serviços públicos, as obrigações da CONTRATADA se restringirão às funções de operação, conservação especial, emergencial e de rotina e atendimento aos índices de desempenho relativos aos componentes específicos e exclusivos assinalados (com a letra 'v') na **Matriz 1**, a seguir. Isto é, estão expressamente excluídos das demais obrigações de conservação e operação descritas nos Anexos 3, 5, 6, 11 e Apêndices C e I.

Observações em relação à Matriz 1:

- (1) Nos casos de exclusão/exceção de obrigação contratual conforme indicado na matriz a seguir, não caberão as penalidades previstas no ANEXO 11.
- (2) A matriz abaixo também se encontra disponível para acesso em formato planilha eletrônica no Data Room.

Matriz 1 – Trechos com exceções das obrigações contratuais (marcação com a letra ‘v’ indicam obrigação mantida)

			Trechos Urbanizados								
Informações gerais	Rodovias		SPA 411/322	SPA 426/ 322	SPA 119/ 333	SPA 147/ 333	SPA 058/ 425	SPI 486 / 300	SPA 360/425	SPA 373/ 425	SPA 276/ 310
	km inicial		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	5,130	0,000	0,000	0,000
	km final		0,940	6,660	1,300	2,000	1,500	9,010	1,000	0,825	0,450
	Extensão		0,940	6,660	1,300	2,000	1,500	3,880	1,000	0,825	0,450
Anexo 6 – Funções de conservação	Pavimento	Pavimento	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Conservação do revestimento vegetal	v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Faixa de Domínio	Limpeza	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Erosões	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Paradas de ônibus, monumentos e utilidades públicas	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Pichação (exceto particular)	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Conformação lateral	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Vedos – cercas, muros, alambrados e telamentos (exceto particular)	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Drenagem	Drenagem superficial de plataforma	v	v	v	v	v	v	v	v
	Drenagem superficial fora da plataforma		v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Bueiros, galerias e drenos		v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Caixas de captação		v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Drenagem de túneis		v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Passagens de fauna		v	v	v	v	v	v	v	v	v
Caixas de retenção e vazamento	v		v	v	v	v	v	v	v	v	

	Dispositivo de contenção viária	Dispositivos flexíveis (defensas metálicas, defensas de cabo e similares)	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Dispositivos rígidos (barreiras de concreto e similares)	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Dispositivos antiofuscamento	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Guarda-corpo e balaústres	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Sinalização e dispositivos auxiliares	Sinalização horizontal	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Sinalização vertical	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Dispositivos delimitadores	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Dispositivo de canalização	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Dispositivos de sinalização de alerta	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Dispositivo de uso temporário	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Sinalização semafórica											
	Estruturas	Estruturas – pontes, viadutos e passarelas	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Prédios e pátios	Prédios e pátios operacionais e de suporte											
	controle de arrecadação	Sistema de controle de arrecadação											
	Sistema de controle de fiscalização de trânsito	Sistema de controle de fiscalização de trânsito e transporte e apoio aos serviços não delegados											
	Sistema de comunicação	Sistema de comunicação e relacionamento com o Usuário											
	Sistema de monitoração de tráfego	Sistema de monitoração de tráfego											
	Iluminação	Iluminação viária	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
		Iluminação predial											
		Sinalização luminosa	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Eletrificação	Eletrificação	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Meio Ambiente		v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
Anexo 3 – Indicadores de Desempenho	Conservação Especial do Pavimento		v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Serviço de Atendimento ao Usuário												
	Meio Ambiente		v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Pesagem												
	Conservação de Rotina (conforme obrigação listada nos itens acima)		v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v

	Praça de Pedágio												
	Fluidez												
	Sinalização	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
	Equipamentos Operacionais	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v	v
Anexo 5 – Funções de Operação	Tempo de atendimento dos veículos operacionais												
	Ações de adequação de capacidade por nível de serviço												